

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

PSICOLOGIA E SAÚDE

Priscila Jandrey Brasco

Masculinidades e Violência Conjugal

UFCSPA

**Universidade Federal de Ciências da Saúde
de Porto Alegre**

Porto Alegre

2018

Priscila Jandrey Brasco

Masculinidades e Violência Conjugal

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Clarissa De Antoni

Porto Alegre

2018

Masculinidades e Violência Conjugal

BANCA AVALIADORA

Dr^a. Denise Falcke

Graduação em Psicologia (PUCRS), Mestrado em Psicologia Clínica (PUCRS) e Doutorado em Psicologia pela mesma universidade

Programa de Pós Graduação em Psicologia

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Dr. Jean Von Hohendorff

Graduação em Psicologia (FACCAT), Mestrado e Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS) e Pós Doutorado (UFRGS)

Programa de Pós Graduação em Psicologia

Faculdade Meridional (IMED)

Dr^a. Mariana Gonçalves Boeckel

Graduação em Psicologia (PUCRS), Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade (2005) e Doutorado em Psicologia (2013) pela mesma universidade

Programa de Pós Graduação em Psicologia e Saúde

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA)

Porto Alegre

2018

Dedico este trabalho ao meu amado filho, Pietro. A ele que me acompanhou neste percurso desde que era uma sementinha em minha barriga; que foi crescendo e tomando forma ao mesmo tempo em que este trabalho também crescia; ao mesmo tempo em que eu me tornava mestre e mãe; mãe de um menino...

Dedico também ao meu querido marido, Pablo. A quem sempre foi exemplo de homem para mim, mas que ao se tornar pai mostrou uma masculinidade mais doce, mais leve e protagonista da sua própria trajetória enquanto homem e, principalmente, enquanto pai.

AGRADECIMENTO

Pensar em minha trajetória acadêmica é sentir o coração pulsando mais forte; é sentir as lágrimas brotando nos olhos; mas acima de tudo é poder agradecer imensamente àquelas pessoas que fizeram parte disso com um pouquinho ou muito de si em cada linha escrita, em cada trabalho discutido, em cada compreensão dada a uma justificativa que talvez nem fosse tão justificável assim.

Como não poderia ser diferente, agradeço à minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Clarissa De Antoni. A ela que sempre me amparou delicadamente desde o pedido de orientação ao ingressar no Mestrado até os dias finais de conclusão deste trabalho. Nunca esqueço a emoção do primeiro dia de aula (para mim e todas as pessoas presentes, tendo em vista sermos a primeira turma do programa) no Programa de Pós Graduação em Psicologia e Saúde da UFCSPA, quando ela percebeu que eu estava grávida. A coincidência era muita: ela também cursou o seu Mestrado enquanto gestava sua filha! Nesta hora, todas as minhas inseguranças e incertezas foram contidas por ela, pela minha orientadora que, ao ter vivido o mesmo que eu estava vivendo naquele momento, podia ter a dimensão do quanto seria difícil e desafiador o trajeto a ser percorrido por mim nos próximos dois anos, seja como aluna de mestrado ou como mãe. Obrigada por tanta dedicação e flexibilidade; por tanto aprendizado e compreensão; por tanto carinho e afeto. Sem isso, certamente eu não teria conseguido ir adiante.

À Prof^ª. Dr^ª. Silvia Helena Koller por ter me iniciado na ciência. E ela não fez isso apenas como pesquisadora, mas também como profissional ética e, principalmente humana que és. Ter tido a possibilidade de ser orientada por ela enquanto ainda era estudante de Psicologia me fez acreditar em uma ciência preocupada, acima de tudo, com a responsabilidade social que temos em publicar nossos achados de pesquisa, buscando a divulgação dos resultados aos principais interessados: aqueles que consentiram em participar de nossas pesquisas, seja dando seus depoimentos, seja abrindo as portas de sua casa ou instituição. Minha admiração por ti é imensa, sabes bem disso.

Às professoras: Dr^ª. Mariana Gonçalves Boeckel, obrigada por todos os questionamentos em busca da definição do meu tema de pesquisa. Se não fossem eles talvez eu tivesse resistido nessa escolha; Dr^ª. Mayte Raya Amazarray, agradeço

imensamente as aulas quinzenais durante meu puerpério. Elas foram o respiro de mim mesma e de quem eu sou quando ainda me sentia do avesso no início da maternidade. Aos alunos do curso de graduação em Psicologia da UFCSPA, Victor Pulla, Guilherme Braz e Juliana Gomes, meu muito obrigada pelos encontros em minha casa e pela parceria na coleta de dados e transcrição das entrevistas. Vocês foram essenciais neste processo!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde da UFCSPA, pela qualidade das aulas, seminários e demais eventos, que contribuíram muito para a minha formação.

Às professoras que compuseram a banca examinadora deste trabalho e da qualificação, Dr.^a Denise Falcke, Dr. Jean Von Hohendorff, Dr.^a Daniela Centenaro Levandowski e Dr.^a Luísa Fernanda Habigzang, pela disponibilidade em ler e avaliar este trabalho, fazendo suas valiosas contribuições.

Aos colegas de turma que proporcionaram momentos de riso e descontração nas horas mais ansiogênicas do curso; e que geraram questionamentos e discussões durante as aulas as quais contribuíram imensamente para minha formação. À equipe administrativa do PPG que sempre disposta a orientar, pode esclarecer muitas dúvidas relacionadas à parte burocrática deste e de outros trâmites: Meu muito obrigada!

E finalmente à minha família: minha mãe Janice, a quem sempre me incentivou a seguir a trajetória acadêmica, servindo de figura feminina de referência, bem como de exemplo e dedicação aos estudos; ao meu irmão João Gabriel, parceiro de universidade, preocupado em mostrar o melhor de si principalmente quando me representa para nossas professoras; ao meu marido e companheiro de vida, Pablo, principal responsável por me fazer acreditar que juntos eu conseguiria chegar ao final desta jornada; gratidão por ser a melhor figura masculina de referência que nosso filho poderia ter; e por fim, à minha sementinha, ao melhor de mim: meu filho Pietro, obrigada por me acompanhar desde a prova de seleção do Mestrado até hoje, dia de conclusão de mais uma etapa; por me oportunizar ser o teu microssistema primário; teu primeiro processo proximal, assim que vieste ao mundo. À minha querida sogra Cristina e cunhada Pâmela (Mana): sem o suporte de vocês também não sei se seria possível. Obrigada pela admiração a mim sempre atribuída. Amo vocês!

Garotos perdem tempo pensando

Em brincedos e proteção

Romance de estação

Desejo sem paixão

Qualquer truque contra a emoção

Leoni/Paula Toller

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi investigar a construção da masculinidade de homens envolvidos em casos judiciais de violência contra sua parceira. Além disso, investigou-se como as vivências na família de origem podem ter influenciado no envolvimento em relações conjugais violentas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório na qual foram entrevistados nove homens autores de violência doméstica, respondendo a processos judiciais com base na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Utilizou-se a Análise Temática como método de análise de dados. Diversos temas emergiram dos dados, como a culpabilização das mulheres, a visão de como é ser homem ou ser mulher e a exploração do trabalho infantil. Especificamente no artigo apresentado para essa dissertação foram desenvolvidos três temas: negligência afetiva, exposição à violência física na infância e figura masculina de referência. Os resultados foram analisados sob a perspectiva da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Conclui-se que a construção das masculinidades desses homens sofreu influência de suas vivências anteriores, durante a infância e a adolescência, pautadas por figuras parentais severas, abusivas e negligentes. Estas são, justamente, pessoas que deveriam exercer o papel de proteção e cuidado. A figura de referência masculina também é vista como ausente, e rígida, exercendo o controle sobre o microsistema familiar. Essas experiências podem revelar a construção de um modelo no qual o homem acredita que seu papel também deva ser desempenhado através do controle e domínio baseados na violência. Desta forma, isso pode ser considerado um fator de risco para o envolvimento em relações conjugais violentas, já que revela a fragilidade na construção do vínculo de confiança e reverbera nos relacionamentos vividos durante a vida adulta. Torna-se importante que esses homens tenham espaços de reflexão sobre suas ações em âmbito conjugal, a fim de amenizar as possíveis influências citadas, promovendo assim, relações mais saudáveis em sua estrutura familiar como um todo.

Palavras-chave: Homem, violência conjugal, masculinidades.

ABSTRACT

The aim of this study was to investigate the construction of the masculinity of men involved in judicial cases of violence against their partner. In addition, we investigated how experiences in the family of origin may have influenced the involvement in violent marital relationships. This is a qualitative exploratory study in which nine men who were authors of domestic violence were interviewed, responding to lawsuits based on Law 11.340 / 2006 (Maria da Penha Law). Thematic Analysis was used as data analysis method. Several themes emerged from the data, such as blaming women, the vision of what it is like to be a man or a woman, and the child labor. Specifically in the article presented for this dissertation were developed three themes: affective neglect, exposure to physical violence in childhood and male figure of reference. The results were analyzed from the perspective of the Bioecological Theory of Human Development. It is concluded that the construction of the masculinities of these men was influenced by their previous experiences during childhood and adolescence, ruled by severe, abusive and negligent parental figures. These are just people who should play the role of protection and care. The male reference figure is also seen as absent, and rigid, exercising control over the family microsystem. These experiences may reveal the construction of a model in which man believes that his role must also be played through control and domination based on violence. In this way, this can be considered a risk factor for involvement in violent marital relationships, since it reveals the fragility in the construction of the bond of trust and reverberation in the relationships lived during the adult life. It is important that these men have spaces for reflection on their actions in the marital context, in order to soften the possible influences mentioned, thus promoting healthier relations in their family structure as a whole.

Key words: Man, intimate partner violence, masculinities

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil Sociodemográfico dos participantes	34
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DE LITERATURA – CONTEXTUALIZAÇÃO	14
2.1 Gênero e Masculinidades	14
2.2 Violência Conjugal.....	18
2.3 Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano	20
3 OBJETIVOS	24
3.1 Objetivo Geral.....	24
3.2 Objetivos Específicos.....	24
4 REFERÊNCIAS DA REVISÃO DE LITERATURA	25
5 ARTIGO	29
6 CONCLUSÃO GERAL	61
7 ANEXOS	63
ANEXO A – Parecer do CEP.....	63
ANEXO B – Roteiro de entrevista semi-estruturada.....	65

1 INTRODUÇÃO

Minha trajetória como pesquisadora iniciou quando eu ainda era estudante de Psicologia, no ano de 2011, ao participar como bolsista de iniciação científica do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP Rua/UFRGS). Lá participei de um estudo longitudinal com crianças e adolescentes em situação de rua, utilizando a Inserção Ecológica (Ceconello & Koller, 2003) como metodologia para a coleta de dados. Foi nesta época que tive o primeiro contato com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Urie Bronfenbrenner, a qual conduziu minha prática profissional e acadêmica, desde então. Depois dessa vivência, o interesse pela pesquisa científica sempre esteve presente, porém as oportunidades profissionais como psicóloga adiaram por breve período o ingresso no curso de Mestrado. Sendo assim, em 2016 surgiu a oportunidade de participar da seleção para ingresso no Programa de Pós Graduação em Psicologia e Saúde da UFCSPA. Como meu foco de interesse sempre esteve voltado para as questões de vulnerabilidades e violências, bem como para uma visão sistêmica sobre o desenvolvimento humano, busquei a linha de pesquisa em Desenvolvimento, Saúde e Intervenções Psicossociais e o Grupo de Estudos, Pesquisa e Intervenção sobre Violências, coordenado pela Prof^a. Dra.^a Clarissa De Antoni. Além disso, a escolha da orientadora se deu também por afinidade de formação, tendo em vista seu percurso acadêmico no CEP Rua/UFRGS.

Após atuar profissionalmente em um serviço responsável pelo acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica, a percepção sobre as questões de gênero também emergiu como tema a ser estudado, com o objetivo de melhor entender os atravessamentos que perpassam a complexidade da violência conjugal. Desta forma, após muitas discussões em momentos de supervisão, onde surgiam questionamentos sobre os estudos envolvendo feminismo, masculinidade, violência doméstica, etc., foi decidido que focaríamos nos temas “masculinidades e violência”, tendo em vista os emergentes trabalhos envolvendo estas categorias de análise. Como o grupo de estudos já estava com um projeto em andamento voltado para as mulheres na 1 e 2 Varas de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, surgiu a ideia de realizar também uma pesquisa com os homens, possibilitando assim, a escuta sobre a percepção dos mesmos enquanto faríamos a coleta de dados. Então, o tema deste

trabalho surgiu do interesse das pesquisadoras em investigar sobre as histórias de vida e concepções de masculinidades de homens autores de violência conjugal.

O uso da violência tem sido considerado uma prática recorrente de alguns homens em suas relações afetivo-sexuais, quando percebem seu poder e controle sendo ameaçados. Nesses momentos, a própria identidade masculina é vivenciada como vulnerável por estar associada a sentimentos de medo, confusão, vergonha, frustração, impotência, insatisfação e ciúme (Oliveira & Gomes, 2011). Segundo estes mesmos autores, a “negação” desses sentimentos, que demonstram a fragilidade masculina, favorece a acumulação de estados afetivos que, por não serem expressos, podem culminar em explosões de violência, caracterizando-se, desta forma, como um dos fatores associados à violência contra as mulheres.

Em pesquisa bibliográfica realizada nos bancos de dados Scielo (25 artigos), BVSaúde (153 artigos), e Portal CAPES (80 artigos) com os descritores “masculinidades” e “violência”, foram encontrados 258 artigos no Brasil envolvendo a questão da masculinidade e da violência publicados entre os anos de 1999 e 2018. Grossi, Minella e Losso (2006) produziram um estudo sobre Gênero e Violência que levantou as pesquisas acadêmicas desenvolvidas no Brasil, entre os anos 1975 e 2005, o qual revelou que, das 286 publicações apresentadas, apenas 7% (16) investigam homens ou masculinidades e a inter-relação destes conceitos com o fenômeno da violência. Desta forma, pode-se afirmar que ainda é pequeno, apesar de crescente, o número de pesquisas envolvendo o conceito de masculinidades e sua relação com a violência conjugal.

Portanto, o estudo das masculinidades torna-se crucial para o entendimento do exercício de poder e das dinâmicas das relações entre homens e mulheres (Connell, 2013), incluindo-se aí a violência conjugal. Além disso, não foram encontrados estudos que vinculam esses conceitos com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH). A partir de uma compreensão sistêmica e contextualista dos fenômenos masculinidade e violência, esse estudo permite considerar que as construções de gênero são produto dos diversos sistemas onde a pessoa está envolvida. Sendo assim, buscou-se investigar a construção das masculinidades de homens envolvidos em casos judiciais de violência contra sua parceira. Como também conhecer suas vivências na família de origem e a possível influência no envolvimento em relações conjugais violentas. Para

tanto, foram analisados os conceitos de masculinidades e violência a partir dos pressupostos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), de Urie Bronfenbrenner (1979/1996; 2005).

2 REVISÃO DE LITERATURA- CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Gênero e Masculinidades

Pode-se afirmar que ao longo dos anos a sociedade, de uma forma geral, reconhecia apenas duas categorias de seres humanos: homens e mulheres (Nogueira, Neves & Barbosa, 2005). Os homens, vinculados ao masculino e a um padrão de masculinidade e as mulheres, ao feminino e a um padrão de feminilidade. A percepção estática destes padrões e modelos que predominam em uma determinada sociedade só se dá pela internalização das representações de gênero instituídas pela cultura. Segundo Sampaio (2010), é o gênero que marca o sujeito como humano, com base na distinção primitiva quanto a ser ele homem ou mulher.

Nas discussões que se referem ao conceito de gênero podemos defini-lo como as formas pelas quais os indivíduos são socializados para se comportarem, agirem e vestirem-se como homens ou mulheres; é a forma como esses papéis, normalmente estereotipados, são reforçados, interiorizados e ensinados (The Acquire Project, 2008). Nesse sentido, “gênero” é uma forma de produção de subjetividade que configura formas de ser e se relacionar com o mundo, de acordo com certas normas sociais, como o corpo, a raça/cor, classe social, faixa etária e orientação sexual (De Tilio, 2014). Segundo o autor, apesar das diversas discussões e contrariedades que cercam o tema, é possível analisar as relações estabelecidas entre mulheres e homens a partir do conceito de gênero. Tal fato possibilita também desnaturalizar as categorias ‘mulher’ e ‘homem’ ou ‘feminilidade’ e ‘masculinidade’, tomadas como algo natural, estanque e pré-determinado.

A literatura da área de gênero e masculinidades também vem descrevendo o homem como aquele que normalmente desempenha o papel do provedor (Connell, 2013; Medrado, Lyra, Azevedo & Brasilino, 2010; Nogueira *et. al*, 2005). Da mesma forma, há estudos que vinculam a identidade do homem à preocupação com a

performance sexual e ao uso da força e da violência como formas de resolução de conflitos (Coelho & Carloto, 2007; Oliveira *et. al*, 2011). Esses estudos ressaltam que os homens demonstram certa dificuldade para se expressar verbalmente, sendo seletivos quanto à demonstração de determinadas emoções, como amor, medo, tristeza e carinho, privilegiando a razão, dominando ou opondo-se à mulher e temendo a proximidade com outros homens (Nolasco, 1993). Segundo o autor, a legitimidade social do comportamento violento, ainda hoje, é vista pelos homens como sinônimo de iniciativa, sendo elemento de constituição associado às características de força física.

Nos ambientes onde o público é quase que exclusivamente frequentado por homens, a violência tende a ser estimulada pelos códigos masculinos e pelo fortalecimento dos símbolos da virilidade violenta, construídos em cada indivíduo durante todo o seu processo de desenvolvimento enquanto o que é ‘ser homem’. No geral, a masculinidade é construída em sociedades cultural e historicamente violentas, o que favorece o exercício violento do poder (Coelho *et al.* 2007). Segundo Zingoni (1998), códigos/símbolos expressam-se pela assimetria de poder nas relações entre homens e mulheres; pela “permissão” de emoções hostis para os homens e suaves para as mulheres; pelo incentivo à prática sexual aos homens e sua interdição às mulheres; pela prevalência do papel de provedor em detrimento do exercício da paternidade e demais aspectos ligados à esfera da saúde reprodutiva e pela violência masculina ante as mais variadas situações de conflito.

Os estudos sobre gênero, em sua maioria, partem, portanto, do pressuposto de que a biologia é insuficiente para a compreensão das diferenças subjetivas existentes entre homens e mulheres e se apoiam num argumento construtivista para fundamentar suas conclusões. Além da visão binária sobre gênero, outras formas de compreensão sobre o tema estão sendo refletidas e debatidas na sociedade como um todo. O Construtivismo Social é uma das teorias psicológicas que abordam o tema. Essa abordagem compreende o gênero como uma construção social, sendo, portanto, não um atributo individual, mas uma forma de dar sentido às relações: ele não existe nas pessoas, mas sim nas relações construídas entre os seres humanos (Nogueira *et. al.*, 2005). Segundo os autores, tanto homens como mulheres, acabam por aceitar as distinções de gênero visíveis em sua estrutura físico-corporal, as quais acabam por se estabelecer também em nível interpessoal. Desta forma, tornam-se tipificados do ponto de vista do gênero, ao assumirem para si próprias os traços de comportamento e papéis

normativos para as pessoas do seu sexo, na sua cultura. Nas teorias de gênero com foco no construtivismo social existem diferenças significativas entre as principais autoras que aprofundaram seus estudos sobre o tema. Sendo assim, Bento (2006) refere que tais teorias podem ser agrupadas em três tendências explicativas da construção das identidades de gênero: universalista, relacional e plural, as quais serão brevemente abordadas a seguir.

A Universalista desconsidera as diferenças existentes entre os integrantes de cada grupo (homens e mulheres). A principal autora dessa tendência é a francesa Simone de Beauvoir, tendo sua obra *O Segundo Sexo* (1949/2009) como referência para os estudos de gênero dessa linha. A Relacional aborda as concepções de masculinidade e feminilidade como resultantes das relações de poder. A principal autora dessa tendência é a norte-americana Joan Scott com sua obra *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica* (1995). E, por fim, a Plural que busca superar os limites dos estudos de gênero heterossexistas, reconhecendo as identidades *queer* (gays, lésbicas, transsexuais, *drag-queens*). Sua principal representante é a também norte-americana Judith Butler. A autora acredita que ser um homem ou uma mulher é o resultado final de um processo imitativo das performances masculina e feminina construídas pela cultura ao longo da história (Butler, 1990).

Por outro lado, a biologia, mais especificamente na área de neurociências, acredita que por razões evolutivas, os cérebros, tanto feminino como masculino, são diferentes (Pinker, 2006). Conforme o autor, as características atuais do humano teriam sido herdadas de seus ancestrais por conta da necessidade que eles tiveram de se adaptar ao meio ambiente, ainda antes da invenção da agricultura e do processo de industrialização. Segundo os achados em neurociências, os cérebros dos homens e das mulheres têm habilidades distintas, e o principal fator responsável por tais características é a ação da testosterona ainda na fase uterina, fomentando alterações neurais (Lara & Romão, 2013). Tais autoras referem que a influência dos esteroides sexuais— testosterona e estrogênio — é bastante conhecida, principalmente na organização do cérebro masculino. A testosterona sofre uma conversão hormonal (transformando-se em di-hidrotestosterona) a qual será responsável por organizar as conexões cerebrais no sentido masculino, promovendo uma grande variedade de comportamentos masculinos que diferenciam os dois sexos (Auyeung, Baron-Cohen, Ashwin, Knickmeyer, Taylor, Hackett & Hines, 2009). Já o estrogênio promove a

“desfeminização”, o que leva à supressão das funções cerebrais femininas no homem, induzindo-o a exercer funções tipicamente masculinas (Wright & McCarthy, 2009).

A influência hormonal na diferenciação e expressão sexual é importante, mas o processo de socialização do indivíduo é reconhecidamente fundamental para a construção enquanto homem ou mulher (Lara *et al.*, 2013). Além disso, as autoras referem que o conhecimento sobre os aspectos biológicos da formação da identidade de gênero é bastante restrito, uma vez que a maioria dos estudos sobre a anatomia e a influência hormonal nesse processo é baseada em experimentos com animais. Sendo assim, é imprescindível levar em consideração o contexto onde o indivíduo se desenvolve para melhor compreender os processos de masculinização, bem como as consequências disso para a trajetória de vida dele.

Mesmo com todas as mudanças sociais, as tentativas de diferenciar os homens das mulheres se iniciam no nascimento e partem de uma observação circunstancial dos genitais. Estas tentativas de diferenciação são utilizadas mais como estratégias de reprodução da ordem social do que como referência às identificações das necessidades das crianças durante a primeira infância (Nolasco, 1993). A ‘nova psicologia dos homens’ reconhece as diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas argumenta que não são elas, exclusivamente, que definem masculinidade e feminilidade. Esses dois conceitos são construídos a partir da interação dos fatores biológicos, psicológicos, e sociais de cada indivíduo (Levant, 1996). Segundo o autor, é necessário que se estudem as formas como os homens são socializados, tendo em vista que estes aparecem como principais representantes de populações envolvidas em situações de risco pessoal e social, tais como usuários de substâncias psicoativas; pessoas em situação de rua; perpetradores de violência intrafamiliar, interpessoal e sexual; vítimas de homicídio, suicídio e acidentes de trânsito, bem como de doenças fatais relacionadas ao estilo de vida e ao estresse.

O processo de masculinização, disseminado ao longo da história da humanidade é, na maioria das vezes, orientado a preocupar-se principalmente com questões relacionadas à coragem, à liberdade e, sobretudo, ao exercício da autoridade durante todo o processo de desenvolvimento do indivíduo (Beiras & Cantera, 2012). Desta forma, a construção do “ser homem” significa ser forte, agressivo e ter várias parceiras sexuais, sendo este condicionado a não expressar suas emoções e a usar a violência para

resolver conflitos em diversas situações (Medrado *et. al*, 2010). O que se disputa nesse jogo é fazer prevalecer o exercício de sua vontade sobre a dos demais, nem que seja por meio de alguma forma de violência (Filho & Zica, 2010). Com frequência, temos visto os homens como os perpetradores da violência – contra outros homens, contra eles próprios e contra as mulheres – sem parar para entender como a socialização dos homens encoraja essa violência.

Dentre as diversas formas de violência em que se pode perceber o homem tentando fazer sua vontade prevalecer, destaca-se a violência conjugal, a qual ocorre geralmente no espaço doméstico, entre pessoas que mantêm relação afetivo-sexual. Este tipo de violência envolve ações de homens ou mulheres, baseadas no gênero, contra a pessoa com quem se tem um relacionamento íntimo, independentemente de serem legalmente casados ou do sexo/gênero das pessoas envolvidas (Gomes, Garcia, Conceição, Sampaio, Almeida & Paixão, 2012).

2.2 Violência Conjugal

Ainda hoje muitas pessoas acreditam que os atos violentos somente existem quando há força ou agressão física, porém, existem diversas formas de a violência se manifestar. Em 2002, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou o Relatório mundial sobre violência e saúde, no qual define a violência como “uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002).

Dentre as diversas expressões da violência, aquela que tem persistido como fenômeno histórico e universal é a de gênero, em particular de homens contra mulheres, muitas vezes manifestada no âmbito privado, caracterizada assim como violência conjugal. Conforme aponta a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM, 2014), a violência contra a mulher acontece no mundo inteiro e atinge mulheres de todas as idades, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual. Qualquer que seja o tipo: física, sexual, psicológica, ou patrimonial, a violência está vinculada ao poder e à desigualdade das relações de gênero, onde impera o domínio dos homens. Já a violência conjugal é considerada uma das várias formas de expressão da violência contra a mulher

e caracteriza-se por qualquer comportamento entre parceiros íntimos que cause danos psicológicos, físicos ou sexuais, provocados por ameaças, coerção ou eventual privação de liberdade (WHO, 2012). Pode ocorrer em casais de todas as idades e classes sociais (Lamoglia & Minayo, 2009).

Pode-se destacar que o marco histórico na legislação brasileira o qual inaugura um sistema de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher é a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), conquistada por meio da mobilização de várias entidades não governamentais e movimentos feministas (Escorsim, 2014). É importante ressaltar que a Lei, de certo modo, reconhece que para intervir no contexto da violência doméstica e familiar contra as mulheres a partir da perspectiva de gênero é preciso implementar ações que possam também incluir os homens (Medrado, Lemos & Brasilino, 2011).

No campo da saúde pública, o tema da violência masculina no espaço privado só ganhou atenção após um percurso que se deu primeiramente pela renovação da perspectiva quanto às diferenças de morbimortalidade entre homens e mulheres, com uso de teorias feministas, e depois com análises sobre violência masculina na vida pública (Oliveira *et al.*, 2011). O estudo de Medrado *et. al* (2011), o qual analisou posicionamentos e argumentos construídos por profissionais que atuam na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres acerca das possibilidades e modalidades de atenção aos homens denunciados concluiu que há necessidade de atentar para as especificidades das estratégias de intervenção voltadas para os homens. Saffioti (2004) ressalta que não é possível a mudança radical quando se trabalha exclusivamente com a vítima e afirma que o trabalho somente com a mulher em situação de vitimização pode tornar o homem ainda mais violento, devido à percepção das mudanças de comportamento adquiridas por elas.

Segundo os dados disponíveis pelo Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN), referido no Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil, durante o ano de 2014 foram atendidas 147.691 mulheres que precisaram de atenção médica por violências domésticas, sexuais e/ou outras. Isto é, a cada dia de 2014, 405 mulheres demandaram atendimento em uma unidade de saúde, por alguma violência sofrida, sendo os parceiros ou ex-parceiros os responsáveis por 67,2% destas violências. O número de agressões contra mulheres, relatadas ao governo federal por meio da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, cresceu 700% de 2006 até 2012. Esse serviço

atendeu a mais de três milhões de denúncias, sendo que em 2012, foram 732.468 registros de atendimentos, 88.685 foram de relatos de violência. Já o Balanço 2015 revela que foram realizados 749.024 atendimentos. Dentre os atendimentos, cerca de 10% (76.651) se referiram a relatos de violência contra as mulheres. Destes relatos de violência, 50,16% corresponderam a violência física; 30,33%, a violência psicológica; 7,25%, a violência moral; 2,10%, a violência patrimonial; 4,54%, a violência sexual; 5,17%, a cárcere privado; e 0,46%, a tráfico de pessoas. (Observatório da Mulher Contra a Violência, 2018; SPM, 2013)

Nessa perspectiva, a visibilidade do fenômeno da violência conjugal, bem como o número de notificações no Brasil cresceu após a criação de programas e ações de apoio às mulheres em situação de violência (SPM, 2013). Entretanto, a subnotificação ainda é uma realidade, pois muitas mulheres apresentam dificuldades para romper o ciclo de violência e fazer a denúncia. Acredita-se que fatores familiares, políticos, econômicos e culturais influenciam estas mulheres a guardarem segredo sobre a situação que estão passando (Adeodato, Carvalho, Siqueira & Souza, 2005; Santi, Nakano & Lettiere, 2010).

Dentre os fatores de risco para a ocorrência da violência conjugal, podem-se destacar os fatores individuais, tais como a experiência de violência na infância, seja como vítima ou testemunha e características relacionais, tais como dificuldades de comunicação e de resolução de conflitos (Siegel, 2013; Stith & McCollum, 2011). Porém, não é possível desconsiderar o atravessamento cultural que influencia o tema. Sendo assim, pode-se considerar que “masculinidade” e “violência conjugal” são fenômenos multicausais, o que implica no uso de uma abordagem que considere as diferentes influências sofridas pelas pessoas durante todo o seu processo de desenvolvimento.

2.3 A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

A TBDH, desenvolvida por Urie Bronfenbrenner (Bronfenbrenner, 1979/1996, 2005) utiliza-se de uma base teórico-metodológica a qual também pode ser utilizada para compreender muitas das questões que envolvem a masculinidade e as construções de gênero. Tal abordagem tem sido utilizada como referência para muitos pesquisadores e profissionais que se interessam por “compreender ecologicamente” todo o processo de

desenvolvimento dos indivíduos ao longo do ciclo vital. Considerada uma teoria contextualista, na qual o conhecimento é entendido como uma construção social, focando-se em como o desenvolvimento emerge da inter-relação do indivíduo e do contexto e não sobre como o contexto determina o desenvolvimento. Bronfenbrenner, em seus estudos (Bronfenbrenner, 1979/1996, 2005; Bronfenbrenner & Morris, 1998; Bronfenbrenner, 2011), sempre questionou o determinismo das teorias psicológicas e nunca acreditou que apenas o contexto ou a genética pudessem ser determinantes para o desenvolvimento humano. Utilizou as palavras “ecologia” ou ecológico” para ressaltar a interdependência indivíduo-contexto, como essência de sua teoria (Tudge, 2008).

Compreender ecologicamente o desenvolvimento humano permite que a atenção investigativa e de intervenções não sejam apenas dirigidas para a pessoa e/ou para os ambientes imediatos nos quais ela convive, tais como a família, escola ou vizinhança. A partir desse entendimento, é necessário que também considerar as transições e interações em ambientes mais distantes, dos quais, muitas vezes, sequer o indivíduo participa ativa e diretamente, além do momento histórico de sua cidade, estado ou país, etc. (Souza & Poletto, 2013).

Tal abordagem parte de um modelo que envolve quatro componentes principais, o qual é denominado de “Modelo PPCT” – Processo, Pessoa, Contexto e Tempo. Desta forma, um dos conceitos mais importantes abordado na teoria de Bronfenbrenner é o denominado de *processos proximais* (Bronfenbrenner & Morris, 1998), o qual pode ser definido como a interação entre o indivíduo e as atividades que acontecem regularmente no seu ambiente imediato, como por exemplo as atividades entre crianças, o aprendizado de novas habilidades, as brincadeiras de grupo ou individuais, etc.

Partindo deste pressuposto, é possível compreender o quanto as brincadeiras estipuladas como sendo “de menino ou de menina” influenciam no desenvolvimento dos indivíduos, uma vez que os processos proximais incluem todas aquelas atividades envolvidas direta ou indiretamente no contexto de cada pessoa. Pode-se observar que os brinquedos, as brincadeiras ou até mesmo os desenhos infantis são direcionados conforme o sexo biológico da criança. Tal fato faz com que ela venha sendo definida enquanto homem ou mulher a partir de sua interação (processos proximais) com determinadas atividades específicas que podem ser, para as meninas, ganhar bonecas, panelinhas, ou usar roupas cor-de-rosa, entre outras questões associadas ao feminino em nossa cultura. Já para os meninos ganhar carrinhos de corrida, bolas de futebol, usar

roupas ou objetos cor azul. Além disso, ver desenhos animados ou filmes infantis, onde quem sempre sai para trabalhar é o pai e a mãe fica apenas com as atividades de cuidado (seja da casa, dos filhos e até mesmo do próprio marido) também podem influenciar significativamente no desenvolvimento dos indivíduos. Embora nos últimos anos haja uma tendência a uma mudança de paradigma que visa a igualdade de gênero e a ruptura da visão binária, ainda persiste no cotidiano das relações de muitos homens e mulheres essa diferenciação.

Já no que diz respeito à *Pessoa*, Bronfenbrenner reconheceu a relevância dos fatores biológicos e genéticos no desenvolvimento. No entanto, ele deu mais atenção às características pessoais que os indivíduos trazem com eles para qualquer situação social e as dividiu em três tipos: características de demanda, de recurso e de força (Tudge, 2008). As características de demanda são aquelas que agem como um estímulo imediato para outra pessoa. São elas a idade, o gênero, a raça, a aparência física, etc., as quais fazem com que o outro com quem o indivíduo interage já espere certo comportamento pré-definido com base em tais particularidades. As características de recurso estão parcialmente relacionadas com recursos cognitivos e emocionais (experiência passadas, nível de inteligência) e também com recursos sociais e materiais (moradia, alimentação, cuidado parental). De acordo com o autor, duas crianças podem ter as mesmas características de recurso, mas seguirem trajetórias bem diferentes dependendo da motivação estimulada para determinada tarefa. Como exemplo, pode-se citar dois meninos que tenham grandes habilidades para a prática de ballet, porém um deles é incentivado por sua família a seguir em frente, conseguindo assim ser bem-sucedido, enquanto o outro é desmotivado a tal prática, sendo obrigado a não persistir. As características de força são aquelas relacionadas às diferenças de temperamento, motivação, persistência, etc. São elas muito importantes para incentivar os indivíduos a contestarem certas determinações impostas ou lutarem para a conquista de seus objetivos. Segundo Souza e Poletto (2013), um elemento crítico relacionado ao conceito de Pessoa deve ser particularmente enfatizado: a experiência. Esse termo não inclui somente as situações concretas que ocorrem com a pessoa, mas também as significações subjetivas que ela atribui às situações objetivas. No modelo bioecológico, tanto os elementos objetivos quanto os subjetivos influenciam o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 2005).

O *Contexto* envolve quatro sistemas inter-relacionados os quais são definidos como microssistema, considerado como sendo o nível de relação mais direto do indivíduo, envolvendo a família, a vizinhança, colegas de escola, etc. O mesossistema envolve as ligações e processos que ocorrem entre dois ou mais microssistemas como a família e a escola, por exemplo, ou seja, é um sistema de microssistemas. O exossistema corresponde a relações entre dois ou mais contextos, porém, pelo menos um em que a pessoa não tenha contato direto, mas que influencie seus processos no seu contexto mais imediato (Souza & Poletto, 2013). Para exemplificar, pode-se citar as novas discussões acerca do conceito de família trazido pelo atual Projeto de Lei sobre o Estatuto da Família (PL 6583/2013), o qual concebe como “entidade familiar aquela formada a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos”. Tal conceito reafirma os papéis de gênero tão questionados atualmente e influenciam de forma indireta no desenvolvimento. Já o macrossistema refere-se aos eventos sociopolíticos e ambientais, tais como a ideologia do governo que está vigente em determinado momento, as catástrofes naturais, os movimentos sociais, os costumes e crenças de um local, entre outros os quais fazem com que a pessoa não perceba, por vezes, o quanto pode estar sendo influenciado por ele.

Com relação ao *Tempo*, Bronfenbrenner e Morris (1998) o consideram em três níveis: microtempo, mesotempo e macrotempo. O microtempo refere-se ao momento em que ocorrem as interações diretas, o que está ocorrendo durante uma determinada atividade. Um exemplo seria o tempo de duração de uma brincadeira ou jogo entre um grupo de crianças. O mesotempo refere-se à periodicidade dos episódios de processo proximal através de intervalos de tempo maiores, como dias e semanas, que seriam um mês ou semestre letivo, por exemplo. Já o macrotempo refere-se ao fato de que os processos de desenvolvimento, em geral, variam de acordo com eventos históricos singulares que estão ocorrendo quando os indivíduos têm uma ou outra idade. A partir do pressuposto de que a problemática das construções de gênero atualmente vem ganhando destaque nos movimentos sociais e também em pesquisas científicas é possível perceber o macrotempo atuando de forma significativa no curso de vida de certa parcela de pessoas que vêm se desenvolvendo sob a influência de algumas mudanças relacionadas a tal tema.

A TBDH enfatiza o ambiente no qual a pessoa vive e a forma como lida com as experiências de vida, tanto positivas como negativas, além de como ela dá sentido a essas experiências. Desta forma, ao retomarmos o conceito de “*Pessoa*”, o qual é composto pelas características de demanda, recurso e de força, estas podem movimentar os processos proximais de maneira positiva ou negativa, como já mencionado anteriormente. No entanto, podemos destacar aquelas características consideradas negativas ou disruptivas, as quais se expressam por dificuldades da pessoa em manter o controle sobre suas atitudes e emoções. Estas podem se manifestar através de características de impulsividade e agressividade, indiferença e apatia, bem como atos de violência contra si e outras pessoas, no âmbito de suas relações sociais e amorosas (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Compreender sobre a concepção de masculinidade de homens envolvidos em casos judiciais de violência contra sua parceira, e como esta concepção pode influenciar na forma como se envolvem em relações conjugais violentas.

3.1 Objetivos Específicos

- Compreender como é concebida a masculinidade para esses homens autores de violência;
- Investigar as vivências anteriores sobre masculinidades e a relação com as situações de violência atuais;
- Conhecer como as vivências da infância e adolescência na família de origem podem influenciar no envolvimento em relações conjugais violentas na adultez.

O estudo das masculinidades, torna-se crucial para o entendimento do exercício de poder e das dinâmicas das relações entre homens e mulheres (Connell, 2013), incluindo-se aí a violência conjugal. Além disso, até o momento de conclusão deste

trabalho não foram encontrados estudos que vinculam esses conceitos com a TBDH. Portanto, a partir de uma compreensão sistêmica e contextualista dos fenômenos masculinidade e violência, essa pesquisa permite que se considerem as construções de gênero como produto dos diversos sistemas onde a pessoa está envolvida, possibilitando a ressignificação crítica dos homens acerca dos comportamentos violentos. Sendo assim, o trabalho com homens voltado para uma postura de maior equidade de gênero ajuda a alcançar a igualdade de gênero, o que significa que homens e mulheres gozam do mesmo status e têm as mesmas oportunidades.

4 REFERÊNCIAS DA REVISÃO DE LITERATURA

- Adeodato, V. G., Carvalho, R. R., Siqueira, V. R., & Souza, F. G. M. (2005). Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Revista de Saúde Pública*, 39, 108-113.
- Auyeung, B., Baron-Cohen, S., Ashwin, E., Knickmeyer, R., Taylor, K., Hackett, G., & Hines, M. (2009). Fetal testosterone predicts sexually differentiated childhood behavior in girls and in boys. *Psychology Science*, 20, 144–148.
- Beiras, A., & Cantera, L. M. (2012). Narrativas personales, construcción de masculinidades – Aportaciones para la atención psicosocial a hombres autores de violencia. *PSICO*, 43, 251-259.
- Bento, B. (2006). Estudos de gênero: O universal, o relacional e o plural. In Bento, B. *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond. (Coleção sexualidade, gênero e sociedade).
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U. (2005). The bioecological theory of human development. In U. Bronfenbrenner (Ed.), *Making human beings humans* (pp. 3-15). Thousand Oaks: SAGE.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon (Ed. Serie) & R. M. Lerner (Ed. Volume), *Handbook of*

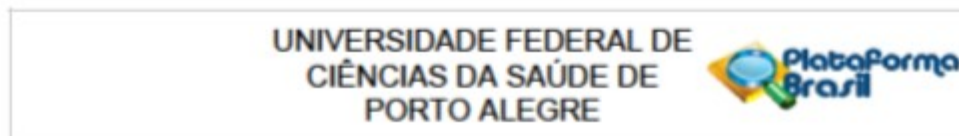
- child psychology: Theoretical models of human development* (Vol.1, pp. 993-1027). New York, NY: John Wiley & Sons.
- Beauvoir, S. (2009). *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Original publicado em 1949)
- Butler, J. (1990). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 515-524.
- Coelho, S. M. P. F., & Carloto, C.M. (2007). Os sentidos da masculinidade nas relações de gênero e a violência afetivo-conjugal. *Emancipação*, 7, 115-136.
- Connell, R. (2013). Masculinidade corporativa e o contexto global: Um estudo de caso de dinâmica conservadora de gênero. *Cadernos Pagu*, 40, 322-344.
- De Tilio, R. (2014) Teorias de gênero: Principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. *Gênero (Niterói)*, 14, 125-148.
- Escorsim, S.M. (2014). Violência de gênero e saúde coletiva: Um debate necessário. *Revista Katálysis*, 17, 235-241.
- Filho, L. M. F., & Zica, M. C. (2010). Masculinidades e experiências masculinas em Bernardo Guimarães. *Cadernos Pagu*, 34, 179-208.
- Gomes, N. P., Garcia, T. C. S., Conceição, C. R., Sampaio, P. O., Almeida, V. C., & Paixão, G. P. N. (2012). Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. *Saúde em Debate*, 36, 514-522.
- Grossi, M. P., Minella, L.S., & Losso, J.C.M. (2006). *Gênero e violência, pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)*. Florianópolis, SC: Mulheres.
- Lamoglia, C. V. A., & Minayo, M. C. S. (2009). Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: Estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 595-604.
- Lara, L. A. S., & Romão, A. P. M. S. (2013). A diferenciação do cérebro masculino e feminino. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 35, 45-8.
- Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm
- Levant, R. F. (1996). The new psychology of men. *Professional Psychology: Research and Practice*, 27(3), 259-265. <http://dx.doi.org/10.1037/0735-7028.27.3.259>

- Medrado, B., Lyra, J., Azevedo, M., & Brasilino, J. (2010). *Homens e masculinidades: Práticas de intimidade e políticas públicas*. Recife, PE: Instituto Papi.
- Medrado, B., Lemos, A. R., & Brasilino, J. (2011). Violência de gênero: Paradoxo na atenção a homens. *Psicologia em Estudo*, 16, 471-478.
- Nogueira, C., Neves, S., & Barbosa, C. (2005). Fundamentos construcionistas e sociais para os estudos de gênero. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 1-15.
- Nolasco, S. (1993). *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Observatório da Mulher Contra a Violência (2018). *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*. – N. 2, Brasília: Autor. Recuperado de: <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR-2018.pdf>
- Oliveira, K. L. C., & Gomes, R. (2011). Homens e violência conjugal: Uma análise de estudos brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16, 2401-2413.
- Organização Mundial da Saúde [OMS] (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra
- Pinker, S. (2006). The blank slate. *The General Psychologist*, 16, 1-8.
- Projeto de Lei do Senado n. 6583, de 2013. Dispõe sobre o estatuto da família e dá outras providências. Recuperado de http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761
- Saffioti, H. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abreu.
- Sampaio, R. S., & Garcia, C. A. (2010). Dissecando a masculinidade na encruzilhada entre a psicanálise e os estudos de gênero. *Psicologia em Revista*, 16, 81-102.
- Santi, L. N., Nakano, A. M. S., & Lettiere, A. (2010). Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. *Texto & Contexto Enfermagem*, 19, 417-424.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.
- Secretaria de Políticas para as Mulheres [SPM]/Presidência da República. (2013). *Dados da central de atendimento à mulher*. Brasília: Autor. Recuperado de http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/03/08-03-com-tres-milhoes-de-atendimentos-ligue-180-tem-1-600-de-aumento-de-registros-em-seis-anos.

- Siegel, J. (2013). Breaking the links in intergenerational violence: An emotional regulation perspective. *Family Process*, 52, 163-178.
- Souza, A. P. L., & Poletto, M. (2013). Abordagem bioecológica do desenvolvimento humano. In Poletto, M.; Souza, A. P. L., & Koller, S. H (Orgs.), *Direitos Humanos, prevenção à violência contra crianças e adolescentes e mediação de conflitos: Manual de capacitação para educadores*. (pp.11-16). Porto Alegre, RS: IDEOGRAF.
- Stith, S. M., & McCollum, E. E. (2011). Conjoint treatment of couples who have experienced intimate partner violence. *Aggression and Violent Behavior*, 16, 312-318.
- The Acquire Project (2008). *Envolvendo rapazes e homens na transformação das relações de gênero: Manual de atividades educativas*. Rio de Janeiro, RJ: Promundo.
- Tudge, J. (2008). A teoria de Urie Bronfenbrenner: Uma teoria contextualista. *Família e educação: Olhares da psicologia*, 209-231.
- World Health Organization [WHO] (2012). *Understanding and addressing violence against woman*. Genebra.
- Wright, C. L., & Mc Carthy, M. M. (2009). Prostaglandin E2-induced masculinization of brain and behavior requires protein kinase A, AMPA/kainate, and metabotropic glutamate receptor signaling. *The Journal of Neuroscience*, 29,13274-13282.
- Zigoni, E. L. (1998). Masculinidades y violencia desde un programa de acción em México. In Valdés,T. & Olavarría, J. (Orgs.), *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago: FLACSO.

ANEXOS

ANEXO A



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA CONJUGAL
Pesquisador: CLARISSA DE ANTONI
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 66229117.1.0000.5345
Instituição Proponente: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.076.088

Apresentação do Projeto:

Há escassez de pesquisas envolvendo o conceito de masculinidade e a relação deste com a violência de gênero. desta forma, o estudo das masculinidades torna-se crucial para o entendimento do exercício de poder e das dinâmicas das relações entre homens e mulheres, incluindo-se aí a violência conjugal. O presente estudo visa compreender a concepção de construção da masculinidade em homens envolvidos em casos judiciais contra sua parceira, e como esta concepção pode influenciar na forma como se envolvem em relações conjugais violentas. Essa pesquisa permitirá considerar que as construções de gênero são produto dos diversos sistemas onde a pessoa está envolvida, possibilitando a ressignificação crítica dos homens acerca dos comportamentos.

Objetivo da Pesquisa:**Objetivo Geral**

Compreender sobre a concepção de masculinidade de homens envolvidos em casos judiciais de violência contra sua parceira, e como esta concepção pode influenciar na forma como se envolvem em relações conjugais violentas.

Objetivos Específicos

- Compreender como é concebida a masculinidade para esses homens autores de

Endereço: Rua Sarmiento Lette, 245
Bairro: Sarmiento **CEP:** 90.050-170
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3303-6804 **E-mail:** cep@ufospa.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DE
PORTO ALEGRE



Continuação do Parecer: 2.076.088

violência;

- Conhecer como os homens definem as suas relações afetivas conjugais;
- Investigar as vivências anteriores sobre masculinidades e a relação com as situações de violência atuais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Todos os procedimentos previstos não representam nenhum tipo de risco à saúde dos participante. No entanto, se durante a participação, caso necessário apoio psicológico ou o participante manifestar este desejo, serão ofertados locais conveniados ao Curso de Psicologia da UFCSPA capacitados para este tipo de atendimento.

Benefícios: promoção de um espaço de escuta e da possibilidade de falar de seus sentimentos e percepções.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A metodologia ficou clara e demonstra os passos a serem desenvolvidos no recrutamento dos participantes e coleta de dados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto e termo de anuência assinados.

Entrega relatório parcial em janeiro de 2018 e relatório final em setembro de 2018.

TCLE contempla todos os aspectos éticos.

Recomendações:

Recomenda-se utilizar no lugar de REGISTRO de Consentimento Livre e Esclarecido, TERMO de Consentimento Livre e Esclarecido.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Metodologia revista conforme recomendação.

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

De acordo com o parecer do Relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Rua Sarmiento Leite, 245
Bairro: Sarmiento CEP: 90.050-170
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3303-8804 E-mail: cep@ufcspa.edu.br

ANEXO B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**História Progressiva**

- Conte sobre a sua infância: Quais brincadeiras você gostava? Com quem brincava?
- Quando você tinha algum problema ou ficava triste, para quem você pedia ajuda?
- Conte sobre a sua adolescência: Primeiras namoradas; como era o grupo de amigos; o que faziam para se divertir.
- Descreva a relação dos seus cuidadores com você na infância. E na adolescência.
- Como era a relação entre seus pais ou cuidadores?
- Nos conte sobre como eram seus relacionamentos antes da pessoa em questão no processo.

História Atual

- Como tu te descreve como pessoa? E como homem?
- Quais são as características que um homem deve ter? E uma mulher?
- O que mais te atrai em uma mulher?
- Quais as dificuldades em ser homem? E as facilidades?
- Em um relacionamento, quem você acha que deve ter maior poder de decisão? Por que?
- Quando havia uma discordância entre vocês, como a situação era resolvida?
- Como você se sente ao estar respondendo a um processo judicial?
- O que você acha que te levou à situação relatada no processo?
- O que você considera ser uma atitude de violência entre um casal?
- Você acha justificável usar de violência em alguma situação (não só entre casais)? Exemplifique.
- Você acha que pode existir alguma relação entre ser homem e a violência? Justifique.